



A PERSPECTIVA DA ADVOCACIA CRIMINAL SOB A ÓTICA DA APLICAÇÃO DO JUIZ DAS GARANTIAS

João Lucas Alves Oliveira

Iniciante Científico Voluntário – Direito
joao.oliveira04@aluno.unifametro.edu.br

Maria Julia Lopes de Melo

Iniciante Científico Voluntário – Direito
maria.melo05@aluno.unifametro.edu.br

Kaylanne Mesquita Silva Braga

Iniciante Científico Bolsista – Direito
kaylanne.braga@aluno.unifametro.edu.br

Ismael Alves Lopes

Professor Mestre Orientador – Direito
ismael.lopes@professor.unifametro.edu.br

Área Temática: Direitos Fundamentais, Sustentabilidade e Democracia

Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Modalidade: Iniciação Científica

RESUMO

Introdução: A advocacia criminal, no Brasil, enfrenta desafios contínuos, refletindo mudanças legislativas e a busca por justiça equânime. A implementação do Juiz das Garantias pela Lei n.º 13.964/2019 é uma transformação significativa. Esse instituto visa assegurar imparcialidade e proteção aos direitos fundamentais no processo penal. O Juiz das Garantias atua na fase investigativa, não no processo judicial, assegurando neutralidade. A advocacia considera essa figura essencial para uma defesa robusta, controlando a legalidade da investigação e prisões provisórias. **Objetivo:** Analisar como a implementação do Juiz das Garantias na advocacia criminal afeta o sistema de justiça, garantindo imparcialidade e proteção aos direitos fundamentais. **Metodologia:** Este estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica qualitativa sobre as perspectivas da advocacia criminal com a aplicação do Juiz das Garantias. A coleta e análise de artigos, dissertações e doutrina foram essenciais. O período de realização: três meses, envolvendo advogados, magistrados e doutrinadores. Foram utilizados materiais como doutrinas, legislação e artigos acadêmicos. **Resultados e Discussão:** A implementação do Juiz





das Garantias trouxe desafios e adaptações na prática da advocacia criminal. Embora a medida tenha potencial para aprimorar o sistema de justiça, ajustes são necessários. A implantação do Juiz das Garantias reforça a proteção aos direitos fundamentais do investigado, vinculando o Direito Processual Penal à Constituição Federal e aos seus princípios, como presunção de inocência e devido processo legal. O magistrado tem um papel central nesse modelo, sendo importante avaliar sua atuação no cenário processual. **Considerações finais:** A implementação do Juiz das Garantias é uma transformação significativa para o processo penal e a advocacia, garantindo imparcialidade e proteção aos direitos fundamentais. Embora enfrente desafios operacionais, a medida reforça a defesa dos investigados, robustecendo o Direito Processual Penal Constitucional. É importante reconhecer o magistrado como falível, sujeito a variações e influências inerentes à espécie.

Palavras-chave: Juiz das Garantias; advocacia criminal; imparcialidade.

Referências:

BRASIL. **Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.** Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113964.htm. Acesso em: 29 mai. 2024.

QUEIROZ, Breno Santos. **O juiz das garantias na investigação criminal:** uma análise sobre suas funções e sua implantação ao sistema judiciário brasileiro. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2023. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/123456789/4877/1/TCCBRENOQUEIROZ.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2024.

SILVA, Rodrigo Faucez Pereira; Lopes Jr., Aury. **Ilegalidades reconhecidas do Júri levaram à anulação do julgamento da boate Kiss.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-ago-04/rodrigo-faucez-auri-lobes-jr-anulacao-juri-boate-kiss2>. Acesso em: 19 mar. 2024.

